

CARMAN, María. Las trampas de la naturaleza: medio ambiente y segregación en Buenos Aires. Buenos Aires. Fondo de Cultura Económica, 2011.

Nicheli Rodrigues Santos¹

María Carman é doutora em Antropologia Social pela Universidade de Buenos Aires. Atualmente é professora nesse campo e faz parte do Programa de Antropologia da Cultura do Instituto de Ciências Antropológicas da Faculdade de Filosofia e Letras, da mesma Universidade. Os temas trabalhados por Carman recentemente são cultura, patrimônio, identidade urbana e meio ambiente. *Las trampas de la naturaleza*, de certa forma, perpassa todos esses temas.

María Carman discute ao longo de quatro capítulos como os usos e apelações à natureza têm funcionado como uma máscara da segregação sócio-urbana na cidade de Buenos Aires. Como aponta Estela Grassi, no prólogo da obra, trata-se de discutir não apenas acerca de uma segregação, mas também de uma “violência civilizada”, termo utilizado ao longo do livro por Carman para tratar de uma violência que é exercida pelo Estado, na maioria das vezes, de forma silenciosa. Para analisar a problemática, a autora baseia-se, principalmente, em seu trabalho de campo, que consistiu em observações e entrevistas realizadas com os mais diferentes sujeitos envolvidos no processo.

No primeiro capítulo, *La Villa Rodrigo Bueno*, a autora aborda a ocupação em terrenos de uma reserva ecológica que, por sua vez, se localiza em um dos bairros mais exclusivos de Buenos Aires, o bairro Puerto Madero. Segundo a autora, existem muitas controvérsias a respeito das origens dos primeiros moradores do local e do tempo que essa população estaria instalada nele. Seus moradores têm construído um caráter mítico sobre os primeiros habitantes e têm afirmado que estes estavam presentes muito antes do local se tornar uma reserva.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História, com área de concentração em História, Poder e Práticas Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

Tempos Históricos	Volume 15 - 2º Semestre – 2011 – p. 533 - 540 ISSN 1517-4689 (versão impressa) • 1983-1463 (versão eletrônica)
----------------------	--

Nesse contexto, os moradores da *Villa Rodrigo Bueno* tiveram que lidar com um espaço muito hostil e carente de todo tipo de serviços públicos. Quando o poder local colaborou com as construções de casas, a situação não saiu da precariedade. As casas, além de minúsculas, eram de madeira e não possuíam banheiros. Além disso, os moradores não receberam ajuda de assistência social, como em outros espaços, para a construção de restaurante popular, posto de saúde ou ainda para o desenvolvimento de políticas culturais e educacionais. Carman aponta para os vários momentos vividos pela *Villa*, que de “desconhecida” passou, no período de 2004 a 2005, para o âmbito das polêmicas. Periódicos nacionais, como *La Nación*, passaram a apresentar a localidade como uma das mais perigosas da cidade. A autora ao confrontar esses materiais com outras fontes, como censos, participantes de ONGs que atuam na *Villa* e vizinhos, encontrou uma visão diferente sobre esses moradores, que foram apontados como uma população que trabalha regularmente e um bairro onde quase não se registram delitos. Para Carman, notícias como as lançadas no referido periódico buscaram criar situações que justificassem a retirada dessa população. Retirada essa que tem sido reivindicada pelo governo portenho e por uma ONG de fundo ambientalista que busca ter tais terras novamente anexadas à Reserva Ecológica *Costanera Sur*. Assim, de um lado, apresenta-se um discurso sobre a necessidade de uma volta a uma antiga Buenos Aires mais natural, mais verde e “original”. De outro lado, nesse espaço que se trata como natural e que deve ser preservado, encontra-se um cemitério de automóveis da Polícia Federal que tem afetado não só a saúde dos moradores, mas também a biodiversidade da reserva.

Os habitantes de *Rodrigo Bueno* são vistos como perigosos, como ameaça ao natural, como pessoas que vivem de maneira “subumana” devido à precariedade do local em que moram. O governo local invoca a defesa do meio ambiente como justificativa para a retirada dos moradores e, ao mesmo tempo, diz estar lutando para que essas pessoas

não continuem vivendo de forma “não humana”. Violência “institucionalizada” ou “civilizada”, se usarmos os termos apontados por Carman. O capítulo traz a percepção de como por trás de um discurso ambiental se encontra, por parte do governo, o exercício de uma violência, expressa quando, por exemplo, o acesso à luz e água é cortado, ou ainda há um boicote às organizações da comunidade, que estão em busca de melhores condições de vida. Além disso, inicia-se a discussão acerca dos usos e definições que se faz da natureza. Como afirma a autora: “Ficar fora da reivindicação ambiental seria, em última instância, ficar fora do que está em jogo e de uma das linguagens centrais nas quais se dirige esta disputa” (CARMAN, 2011:96). Nesse sentido, os moradores de *Rodrigo Bueno* também têm se colocado enquanto protetores desse espaço e, em suas narrativas, denunciam o próprio descaso do poder local em cuidar do meio ambiente e as próprias ações dos responsáveis pela reserva. Ao mesmo tempo reclamam por terem que conviver com o cemitério de automóveis e com a falta de assistência por parte do governo local. Este último, por sua vez, defende a importância de tornar o espaço da *Villa Rodrigo Bueno* um local público em que todos possam ter acesso às belezas naturais da localidade. Há ainda alguns grupos ambientalistas, que reivindicam um espaço “puro”, livre da presença humana.

É tratando dessas problemáticas que Carman inicia a discussão acerca da *Aldeia Gay* no segundo capítulo. O nome *Aldeia Gay* foi colocado pelas pessoas que fundaram o espaço, um grupo gay de catadores de lixo que vivia nas ruas. Para a autora, esse grupo também construiu um mito acerca de sua instalação, que fala de um mundo próprio, longe daqueles que os rechaçam, que “enaltece” os que conseguiram trabalhar e se adaptar às condições de vida no local. A noção de um “mito de origem” da *Aldeia*, através da reflexão da autora, faz lembrar a discussão de Erving Goffman em *Estigma*. Como afirma Goffman, a desvantagem entre indivíduos que sofrem o mesmo estigma pode ser utilizada como base para organizar uma vida. O autor aponta

ainda que essa escolha acaba arcando com “a triste história que relata a possessão do estigma” (GOFFMAN, 1988: 30). Se relacionarmos o pensamento de Goffman ao de Carman, ainda que a autora não dialogue diretamente ou cite o autor, podemos perceber que a experiência desse grupo nos mostra exatamente isso. Se o grupo visou a construção desse “mundo próprio”, isso lhes trouxe várias conseqüências. Pois, como aponta a autora, ao longo dos anos, esses habitantes sofreram uma série de violações de seus direitos humanos, como abusos sexuais, queima e roubo de suas casas por parte de agências estatais.

Dentre as várias experiências e dificuldades sofridas pelos moradores da *Aldeia*, em 2006, essa população sofreu um processo de desalojamento devido à construção de um Parque Natural e de um Parque da Memória em homenagem aos desaparecidos durante a ditadura civil, militar argentina. Novamente, um grupo populacional é desalojado sob o discurso de que a natureza precisa ser protegida. Carman problematiza essa visão que se tem de que homem e natureza devem ser separados para que haja efetiva proteção. Para a autora, no caso da *Aldeia Gay*, o que se cria é uma “memória da natureza” com o Parque Natural que busca uma paisagem “original” da cidade, e ao mesmo tempo, “a natureza é interferida para um projeto da memória”, no caso do Parque da Memória (CARMAN, 2011). Em diálogo com Paes-Luchiari, Carman afirma a existência de uma “monumentalização da memória”, em que a natureza é transformada em obra de arte, em altar da memória. Em contraposição a esses projetos, a luta dos moradores por sua permanência na Aldeia continua. Assim como a população de *Rodrigo Bueno*, os moradores também se defendem dizendo que tem protegido o local muito mais do que o próprio governo e os responsáveis pela construção de ambos os parques. Carman atenta para o fato de que mudar significa para o grupo muito mais que perder um espaço físico, significa perder um circuito de convivência, de relações estabelecidas, de amizades.

Para Carman, a junção de fatores como ser pobre, catador de lixo e gay ou travestis cria o estigma e a exclusão dessas pessoas. A autora traz a noção de que esses “setores populares são construídos como destinatários quase naturais da violência estatal” (CARMAN, 2011: 106). O estigma sobre eles é reforçado quando os entendem como contaminadores da natureza e profanadores de um espaço que é tido como sagrado. Essa luta por uma espacialidade fez-me lembrar da discussão realizada por Norbert Elias em *Os estabelecidos e os Outsiders* acerca das diferenças que podem causar um estigma. Nacionalidade, ascendência étnica, “cor” ou “raça”, renda familiar, nível educacional. Todos são fatores, mas no caso analisado por Elias, nenhum deles estava presente, apenas o fato da diferença de tempo de moradia na pequena comunidade de Winston Parva. No caso dessa comunidade, os moradores mais antigos sentiam seu estilo de vida ameaçado pelos novos moradores (ELIAS, 2000). No caso da *Aldeia Gay*, ou mesmo da *Villa Rodrigo Bueno*, a ameaça está ligada a espacialidade e também ao estilo de vida. Os estabelecidos – a classe média alta de Buenos Aires – não queria ver seu espaço dividido com “os de fora” – pessoas em geral pertencentes à parcela mais pobre dessa cidade.

La máxima intrusión socialmente aceptable constitui o terceiro capítulo dessa obra. Nele, a autora discute como há uma política do poder local em relação à espacialidade da cidade, que decide quem merece ou não habitar determinados locais. Segundo Carman, a apelação a projetos culturais e ambientais tem convertido uma problemática social em meras questões patrimoniais ou ambientais, em que se ignora o destino de sujeitos de carne e osso. As políticas de renovação urbana, por sua vez, constroem um rápido consenso sobre o destino desses espaços públicos, que visam proporcionar espaços de lazer para todos, o que ajuda a silenciar ou até mesmo tornar irreal para o restante da população a violência exercida por esse Estado.

Nesse capítulo, a autora dialoga com autores como Bruno Latour, Philippe Descola e Andre Zhouri para discutir como cultura e

natureza têm sido compreendidas como campos separados. Isso tem favorecido o reforço da noção de “natureza intocada”, da volta ao “original” de espaços da cidade, como a *Villa Rodrigo Bueno* e a *Aldeia Gay*. A autora defende a necessidade de se perceber natureza e cultura como “campos” que não podem ser vistos separados. Para além dessas questões, a autora realiza a análise de outros espaços da cidade, de outros grupos que conseguiram dissolver sua ilegalidade e ser tratados enquanto habitantes legítimos da cidade através do uso da cultura, seja colorindo suas casas, muros do bairro, promovendo oficinas de pintura e desenvolvendo outros projetos artísticos. Carman não deixa de atentar para a necessidade de compreender as especificidades de cada caso. Surge assim a importância das políticas de lugares existentes na cidade, ou ainda daquilo que a autora chama como “a máxima intrusão socialmente aceitável”. Nesse caso, a espacialidade ocupada é o elemento principal para a existência do estigma. Ocupar um espaço central na capital portenha, tanto no caso da *Vila Rodrigo Bueno*, como no da *Aldeia Gay*, é o que consiste no fator central para a expulsão. Ambas as ocupações até poderiam ser aceitas e receber apoio, desde que estivessem em “seus lugares”, ou seja, fora das áreas centrais da cidade.

“Fica claro que os jardins de Epicuro não buscavam combater o status quo nem transformar a sociedade. Os bairros privados, por sua vez, não pretendem solucionar o “caos” da cidade, se não oferecer um confortável refúgio” (CARMAN, 2011: 227). No quarto capítulo, *Los Barrios com Candado em el Jardín de Epicuro*, Carman trabalha com os bairros fechados da cidade de Buenos Aires. Para tanto, a autora realiza uma comparação entre esses espaços e os postulados do filósofo grego Epicuro acerca do prazer, da felicidade e da vida política. Segundo Carman, Epicuro retoma uma questão chave da ética grega, que é a “preocupação acerca de qual é a melhor maneira de viver para o ser humano” (CARMAN, 2011: 218). Em Epicuro se tem uma ética da felicidade. Seu princípio de justiça estaria baseado num pacto de não fazer sofrer danos, não há obrigações morais nem sociais em sua teoria e

não se busca uma transformação da sociedade. Assim, Carman estabelece uma relação com essa teoria na medida em que os bairros fechados também não buscam uma transformação da sociedade, mas sim, um abrigo contra os perigos “de fora”, uma opção baseada puramente no econômico, o prazer pelo “verde”, ou ainda, como um gesto para se distanciar física e moralmente dos “indesejáveis”. A mudança para esses bairros fortificados, na visão da autora, contribui para gerar a segregação urbana e acentuar a desigualdade. Carman também discute como a natureza é utilizada pelos projetos comerciais dessas urbanizações como uma antítese do medo e um instrumento para apaziguar conflitos. Cria-se uma noção de volta ao natural quando se adentra tal espaço, um sentimento de paz e segurança. Mas, se olharmos para os muros que cercam estes bairros enxergaremos a exclusão das classes populares e a segregação.

Na conclusão, Carman aponta para a necessidade de perceber que o ambiental não é um campo dado, mas sim algo que está em permanente construção e por isso é objeto de permanentes disputas. Nesse processo, cada grupo se coloca enquanto “portador autorizado da natureza” e, para a autora, não conseguiremos compreender as diversas visões da natureza se não compreendermos, ao mesmo tempo, as distintas concepções de cultura dos setores envolvidos.

A leitura desse livro provocou-me inúmeros sentimentos, entre eles o de indignação pelo desrespeito e preconceito social e de gênero que há em nossa sociedade, inclusive por parte dos setores públicos, daqueles que deveriam trabalhar para garantir os direitos humanos, mas se esforçam por fazer o contrário. Violência física, mas também simbólica, silenciosa, vivenciada no dia a dia, inclusive de forma institucionalizada, como nos aponta a autora. Um sentimento oposto é o de respeito pela brilhante obra da autora. Carman analisa os dois lados do processo, não vitimiza os moradores de *Rodrigo Bueno* e da *Aldeia Gay*. Em seu livro, esses moradores são sujeitos ativos que lutam contra aquilo que lhes é imposto, que se apropriam de determinados discursos

para defender seus interesses. Por outro lado, ao invés de julgar, a autora tenta compreender as políticas públicas do poder local ou ainda de grupos ambientalistas e de algumas ONGs. Ao fazer esse processo, a autora não deixa de tecer críticas, mas apresenta, antes de tudo, a seus leitores as relações de poder que estão imbricadas em tais práticas urbanas. A meu ver, Carman peca apenas quanto ao uso das entrevistas ao longo do texto. As falas de seus entrevistados, na maioria das vezes, apareceram muito mais para confirmar as discussões que a autora realizou ou para melhor demonstrar aquilo que estava sendo exposto. Muitas vezes, as falas não são tratadas como o que pode proporcionar a discussão, sendo que as perguntas feitas aos entrevistados não aparecem em nenhum momento da obra. Sua escolha na apresentação das falas acaba tirando a oportunidade rica de o leitor perceber mais a fundo as experiências de pesquisa, o contato entre entrevistador e entrevistado, as relações estabelecidas durante a narrativa.

Resenha recebida em 10/08/2011

Resenha aceita em 10/10/2011